

ANC

pag. 2

CONSTITUINTE

Começa enfim elaboração da futura Constituição

A Assembléa Nacional Constituinte começa hoje — com a promulgação de seu regimento interno, ontem, pelo seu presidente Ulysses Guimarães — a elaborar a nova Constituição brasileira. Amanhã serão eleitos os componentes da Mesa e a partir daí, de acordo com os prazos regimentais, os constituintes terão 233 dias para escrever a nova Carta, devendo concluí-la na véspera do aniversário da Proclamação da República, 15 de novembro, quando poderá ser promulgada.

Um novo prazo começará a ser contado, então, se a Constituinte aprovar projeto de Constituição apresentado ontem, na sessão da promulgação do regimento interno, pelo senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), primeiro orador do dia: 120 dias para que o País eleja um novo presidente da República e seu vice, que deverão tomar posse dois meses após a eleição. Nos mesmos termos, o deputado Adylson Motta (PDS-RS) encaminhou na semana passada projeto de decisão à Constituinte.

Menos de um quinto dos 559 constituintes estavam

no plenário quando o presidente da Assembléa Nacional, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, promulgou o regimento interno. "A mecânica é boa e nova. Os artefatos que a inventaram saberão manejá-la com perícia, sabedoria e coragem", afirmou ele, concluindo seu discurso, de sete laudas datilografadas, com uma orientação aos constituintes:

— Temos o Regimento, que é um método de trabalho. Método é caminho. Vamos, todos, andar por esse caminho, sem precipitação, mas também sem inércia, para chegar ao fim com serenidade e a esperança do sementeiro, que plantou e aguarda confiante a colheita da identidade do povo com o serviço que nos mandam fazer.

O deputado Ulysses Guimarães deu a seu pronunciamento um tom histórico, ao destacar que o regimento "foi elaborado por 559 constituintes representativos da soberania popular, 487 deputados e 72 senadores, expressiva e diretamente conferida por 69.003.963 eleitores, o segundo colégio eletivo entre

as nações democráticas". Lembrou, ainda, que o compromisso de mudança foi cumprida com 69,65% de renovação do Legislativo, 26 mulheres foram eleitas, os analfabetos votaram e que o Brasil hoje é um país urbano e não rural.

OS PRAZOS

Com a promulgação do Regimento Interno, os próximos passos agora são a eleição da Mesa, amanhã, às 15 horas; a indicação, pelos líderes partidários, no próximo dia 30, dos respectivos integrantes das comissões; a designação das comissões pelo presidente da Constituinte, após a leitura dos nomes indicados, dia 31; e a eleição, pelas comissões, dia 1º de abril, de seus presidentes e dois vice-presidentes, cabendo aos respectivos presidentes designar os relatores.

Com a publicação do Regimento, hoje, no Diário da Assembléa Nacional Constituinte, passam a contar 30 dias para a apresentação de propostas ao Projeto de Constituição, que serão encaminhadas às comissões pertinentes. As comissões, por sua vez, terão 65 dias para concluir seu trabalho

e submetê-lo à Comissão de Sistematização, que, em um mês, apresentará à Mesa seu Projeto de Constituição.

NOVO HORARIO

Muda, com o regimento definitivo, o horário das sessões plenárias da Constituinte, que passa a se reunir das 14h30min às 18h30min de terça a quinta-feiras e das 9h30min às 13h30min nas sextas-feiras. Os demais dias e horários serão destinados às reuniões das comissões e subcomissões, podendo a Assembléa também ser convocada em caráter extraordinário.

Também muda o quorum mínimo para a realização das sessões, que passa de 94 para 56 constituintes. E hoje a Voz do Brasil, programa radiofônico produzido pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN), vai ao ar com o nome de Voz da Constituinte. Mas a divulgação dos trabalhos da Assembléa contarão, ainda, a partir de abril, no rádio e na televisão, com dois horários diários, de cinco minutos cada, quando serão reproduzidos programas a serem gerados e produzidos pela Radiobrás e EBN.

Genóio quer limitar ação dos militares

Direito de resistência à opressão, reconhecido pelo direito à desobediência civil e à rebelião. Este é um dos princípios constitucionais que o deputado José Genóio (PT-SP) defenderá na subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

Outras propostas polêmicas serão sustentadas por Genóio, como o serviço militar voluntário, a extinção do Conselho de Segurança Nacional e a destinação das Forças Armadas à função exclusiva de defesa externa, proibido o seu envolvimento, como instituição, em atividades políticas ou ditas de segurança interna.

Genóio quer também que as Forças Armadas fiquem proibidas de se envolver em manobras e operações militares fora do território nacional, e que sejam vetados acordos militares com outros países. Pretende ainda proibir a instalação de bases militares estrangeiras no território brasileiro e de bases militares brasileiras em outros países e a utilização do espaço aéreo nacional por forças de outros países.

O elenco de propostas do deputado petista inclui ainda a proibição aos militares da ativa ou oficiais da reserva remunerada de exercerem qualquer função pública civil não eletiva e a proibição do julgamento de civis por tribunais militares.

Acordo com PFL pode sair hoje

O PMDB ofereceu ao PFL a primeira secretaria da Assembléa Nacional Constituinte como forma de buscar o acordo em torno dos cargos da mesa. Ao partido caberia ainda a segunda vice-presidência, com o que as lideranças pemedebistas acham possível superar o impasse em torno desse problema, que impede o início dos trabalhos formais de elaboração da nova Carta.

Para as lideranças pemedebistas, a oferta pode saciar a sede do PFL, na medida em que na primeira secretaria — na verdade a secretaria-geral da Constituinte que só não teve essa designação para evitar reforçar seu poder — terão oportunidade de manobra compatível com a que reivindica o partido.

A bancada do PFL na Câmara repeliu ontem a sugestão de seu líder, deputado José Lourenço (BA), para criação de uma Constituinte paralela em representação ao domínio do PMDB, mas apóia todas as suas iniciativas para forçar uma definição equitativa das comissões e melhor distribuição dos cargos da Mesa.

A interferência pessoal do presidente José Sarney, através de telefonemas, e pessoal do ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, levou o PFL a recuar da posição de confronto com o PMDB e partir para

uma posição de conciliação. Lourenço salvou a imagem do PFL ao frisar, perante a bancada:

— Não farei um acordo que fira a dignidade do meu Partido.

Nem todos no PFL aceitaram, porém, o recuo. O deputado Humberto Souto (MG), indicado para 1º vice-presidente da Mesa da Constituinte, achou que o partido estava desmoralizado. Era melhor não participar da votação, sair de plenário, como fora combinado na bancada, do que aceitar cargos menores.

A posição de Humberto teve, no entanto, poucos seguidores. Desde a manhã, quando o Presidente da República falou com José Lourenço e Marco Maciel começou a agir, que havia um clima de conciliação. O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), em posição de independência ao da Câmara, almoçou com os senadores Mário Covas (SP) e Fernando Cardoso (SP), líderes do PMDB na Constituinte e no Senado, para reabrir as negociações.

O entendimento poderá ocorrer hoje com cessão dos dois lados. O PMDB não cede a 1ª vice-presidência, mas entrega ao PFL a 1ª secretaria. Antes estavam destinados ao PFL a 2ª Vice e a 2ª Secretaria.

Comunistas articulam Frente Ampla

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) já está articulando a formação de uma Frente Ampla Nacionalista para atuar na Comissão da Ordem Econômica, uma das mais disputadas dentro da Constituinte, para neutralizar a ação dos políticos representantes de multinacionais e de lobistas defensores dos interesses de grandes grupos econômicos.

A informação foi prestada ontem pelo líder do partido na Câmara, Roberto Freire. Disse que o PCB terá representantes em todas as comissões, através de coligações com a ala mais progressista do PMDB. Na Comissão da Ordem Econômica o partido se fará representar pelo deputado baiano Fernando Sant'Anna, que já participou de outras comissões para discutir temas econômicos, especialmente Reforma Agrária e Direito de Propriedade.

Segundo o deputado Roberto Freire, das três subcomissões previstas dentro da Comissão da Ordem Econômica, a primeira delas, que tratará do regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica, poderá resultar em avanços significativos na elaboração da nova Carta. Para Roberto Freire, há condições de se avançar muito neste assunto, "mesmo porque a legislação vigente é entreguista e não defende os verdadeiros interesses do País".